



Religiosidades, saberes e fazeres no Engenho de São Joaquim (Meia Ponte – Goiás)

João Guilherme Curado
Secretaria Estadual de Educação de Goiás
joaoguilherme@gmail.com

Resumo: A fazenda Engenho de São Joaquim foi erigida para abrigar uma das mais conhecidas propriedades rurais goianas nos fins do século XVIII. Como a maioria das fazendas de então era composta por casa grande, senzalas, engenho e ainda capela sob o orago inicial de São Joaquim e posteriormente a Nossa Senhora da Conceição, quando passou a contar com imagem elaborada por Veiga Valle; a capela possuía, entremeio a ornamentos característicos, referências das matrizes africanas que ali habitavam. Poucas informações são tidas sobre as festas que aconteciam no Engenho de São Joaquim, nome dado em devoção ao avô de Jesus ou uma auto-homenagem ao proprietário Joaquim Alves de Oliveira. Por aspectos devocionais, ou não, eram realizados casamentos diversos, inclusive entre a escravaria. Das demais festa locais e das missas celebradas, participavam os cativos por meio de uma janela virada ao pátio interno; enquanto as mulheres brancas eram resguardadas, na sala, por uma treliça de madeira enquanto assistiam as celebrações. Por meio da micro-história e estudo da restrita documentação sobre os que ali viveram, buscaremos refletir sobre as relações festivas, mesmo que diante das poucas informações e notícias advindas delas, por meio de perspectivas interdisciplinares, que remetem subjetivamente ao céu e ao inferno nos saberes e fazeres do período.

Palavras-chave: Religiosidade; Fazeres; Engenho de São Joaquim; Pirenópolis

Introdução

*Cada fazenda engendrava seus próprios padrões,
nos quais, além da pressão da comunidade cativa,
a personalidade do senhor desempenhava um papel fundamental*
(CASTRO, 1997, p. 356).

As terras goianas foram ocupadas oficialmente por meio das Bandeiras que buscavam ouro às margens dos córregos, riachos e rios que transcorriam em parte significativa das áreas de Cerrado, em especial próximas a elevações depois denominadas por Serra Dourada, Serra dos Pireneus, Serra de Jaraguá, dentre outras; onde foram surgindo núcleos populacionais mineradores que atendiam às prerrogativas do Padroado, em que a Igreja se fazia presente, assim como denominava as localidades de acordo com o calendário hagiográfico da época.

Nosso ponto de partida será as Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, que surgiu entre o leito do Rio das Almas e as encostas da Serra dos Pireneus, em 07 de outubro de 1727 e que trouxe para a localidade vários mineradores interessados em fazerem fortunas com



o ouro encontrado às margens dos mananciais. A predominância foi de portugueses de diversas localidades, seguidos, em menor quantidade por paulistas, mineiros, baianos, pernambucano e fluminenses (JAYME, 1971).

Fundar um núcleo minerador exigia o registro da localidade que devia estar atrelada ao nome de um santo ou santa e ainda o desenvolvimento urbanístico tendo por referência uma igreja matriz, cujo orago devia ser destinado ao padroeiro, que constava na toponímia oficial do assentamento local junto à Coroa que autorizava a exploração de ouro. Em Meia Ponte tal monumento foi erigido entre os anos de 1728 e 1732, tendo ao lado a construção da Cadeia e ainda os arruamentos que ligavam à sede administrativa da Capitania, Vila Boa de Goiás e ainda outra mais distante que promovia comunicação com Salvador.

A extração desordenada do ouro de aluvião, técnica mais recorrente, pela facilidade e conhecimento, foi breve; entre o auge e a decadência teria durado pouco mais de meio século conforme Palacín (1994), Polonial (2013) e Salles (1992). O que contribuiu para duas alternativas entre aqueles que se deslocaram para Goiás em busca de ouro: prosseguir caminho em busca de novos locais que tivesse abundância aurífera ou se interiorizar, passando a dedicar-se à agropecuária de subsistência, atividade econômica que suplantará em tempo o período destinado à mineração em terras goianas.

Um fator que beneficiou a antiga Meia Ponte no contexto comercial e de troca de informações foi o que Estevam (2004) designou como sendo “entreposto comercial”, significando o cruzamento das estradas reais que ali se interconectavam, propiciando expressivo fluxo de pessoas, de notícias e mesmo de mercadorias e interações entre as minas meiapontenses com os locais mais povoados e desenvolvidos economicamente.

Por outro lado, o declínio aurífero contribuiu para o processo acentuado de ruralização, dificultando a socialização devido aos distanciamentos impostos pelas grandes propriedades semiautônomas, dependentes de poucos produtos externos como sal, tecidos, ferragens diversas e alguns outros itens não produzidos nas fazendas. Em detrimento da alimentação básica: arroz, feijão, milho, mandioca, algumas poucas hortaliças e verduras; assim como os alimentos derivados do leite, do gado e dos galináceos e suínos que mantinham e nutriam os habitantes das fazendas, desde senhores até os escravos, que recebiam alimentação geralmente mais reduzida e com mais calorias, como, por exemplo, a partir dos derivados do milho ou da cana, na versão garapa, melaço, rapadura e mesmo a aguardente, conforme os hábitos alimentares destacados por Pedrosa (2014), sobre o período colonial no Brasil.



Foi no contexto acima mencionado que surgiu uma das mais importantes propriedades rurais de Meia Ponte — o Engenho de São Joaquim —, nosso objeto de investigação, com destaque para as práticas de fazeres e saberes desenvolvidas pelos que ali habitavam e em especial sobre questões ligadas à religiosidade e que foram registradas ao longo da existência do Engenho que tempos depois teve o nome alterado para Fazenda Babilônia, transtornando também as práticas religiosas, uma vez que o padroeiro São Joaquim foi substituído pela padroeira Nossa Senhora da Conceição.

A investigação terá por suporte o significativo material bibliográfico sobre Joaquim Alves de Oliveira, proprietário construtor do Engenho, assim como obras voltadas à história e arquitetura do Engenho, além de estudos outros que possam colaborar para a compreensão sobre os saberes, os fazeres e as religiosidades presentes na fazenda em estudo. Fotografias, croquis e outros documentos visuais também serão utilizados, e ainda parte do testamento e mesmo do inventário de Joaquim Alves de Oliveira.

As relações de trabalho e de sociabilidades terão destaque significativo no universo da convivência em que missas e festas eram compartilhadas, à moda daquele momento; do mesmo modo o sacramento do matrimônio entre a escravaria ocorria frequentemente, como uma tentativa de manter a ordem e o trabalho em harmonia, naquela fazenda que foi visitada e elogiada pelos viajantes europeus que percorreram Goiás, em especial, no ano de 1819 — e que fizeram uma das primeiras menções à festa mais importante da cidade na atualidade e que foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil em 2010: a Festa do Divino Espírito Santo.

A opção de investigação proposta recorre a Micro-História, uma vez que ela “lida com o fragmento como meio através do que se pretende enxergar uma questão social mais ampla ou um problema histórico ou cultural significativo. O fragmento é o que se presta ao historiador para realizar a sua ‘descrição densa’” (BARROS, 2011, p. 160), o que poderá contribuir para a compreensão acerca da vida na fazenda e até mesmo a alteração do padroeiro local e consequentemente das festividades ligadas à devoção e à religiosidade dos habitantes da propriedade rural ao longo do tempo, desde a construção em anos finais do século XVIII aos dias atuais. Sendo que o período de maior interesse seria o de transmissão do Engenho de São Joaquim, via herança e sua posterior venda e a aquisição pelo padre Simeão Estilista Lopes Zedes, responsável pela alteração no nome para Fazenda Babilônia e a troca do orago da capela de São Joaquim para Nossa Senhora Conceição.



Engenho de São Joaquim

Joaquim Alves de Oliveira nasceu a 18 de agosto de 1770, em Pilar (atual Pilar de Goiás). Aos nove anos, com a morte do pai, passou aos cuidados do irmão mais velho, que acabou transferindo a responsabilidade do órfão para o padre Antônio de Azevedo Batista. Joaquim Alves foi encaminhado para o Rio de Janeiro, deixando o palácio episcopal para se dedicar à carreira comercial, profissão com a qual acumulou capital e regressou à Capitania de origem aos 24 anos de idade, estabelecendo-se em Meia Ponte (JAYME, 1943), então promissor local de comércio devido o entroncamento das estradas.

No percurso de vida Joaquim Alves de Oliveira nasceu sob os auspícios da padroeira Nossa Senhora de Pilar, que também denominava as minas auríferas do local natalício. Ao se transferir para o Rio de Janeiro, passou a conviver sob a proteção de São Sebastião e ao retornar a Goiás, fixando residência em Meia Ponte, o protetorado cabia a Nossa Senhora do Rosário. Religioso, com passagem pelo seminário, ao chegar a Meia Ponte passou a viver com dona Ana Rosa Moreira, mãe de três filhos e que teve com Joaquim Alves dois outros, antes do casamento que ocorreu no ano de 1803, quando o primogênito do casal nascido a 1798 já havia falecido e a filha Ana Joaquina de Oliveira estava com cerca de quatro anos de idade (JAYME, 1943 e 1973).

Ana Rosa Moreira era descendente de família abastada do período da mineração e possuía grandes extensões de terras, o “que talvez tenha auxiliado o genro em sua ascensão econômica”, conforme observou Costa (1978, pp. 51-52). A primeira menção encontrada sobre propriedade de Joaquim Alves em Meia Ponte remete ao dízimo de 1799 referente “do seu citio do São João” (FAZENDA, AVALIAÇÃO E DÍZIMOS: Meia Ponte, 1799 a 1807). No entanto, Jayme (1943, p. 33) afirma que: “em 1800, dedicou-se também à agricultura e, entre este ano e o de 1805, construiu, em sua grande propriedade agrícola, a que deu nome de ‘Engenho de S. Joaquim’, hoje ‘Babilônia’, a maior casa no gênero e o maior engenho de cana da Capitania”.

O Engenho de São Joaquim passou, após a mineração, ser a principal atividade econômica de Meia Ponte, no alvorecer do século XIX. A propriedade foi elogiosamente descrita por viajantes europeus como pelo austríaco Johann Emanuel Pohl e pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (CURADO, 2018). São deles algumas descrições físicas que possibilitam compreensões acerca dos saberes, dos fazeres e das religiosidades presentes na fazenda na centúria mencionada.



Este engenho é magnificamente instalado e cercado de muros. O edifício compreende muitas divisões, pátios, etc. A residência do dono é ligada com as habitações dos escravos solteiros. Uma divisão única forma o engenho propriamente dito, com alguns quartos e residência para hóspedes. Uma terceira divisão é a morada dos escravos casados. Os pátios, igualmente cercados de muros, servem para o gado (POLH, 1976, p. 289).

Os muros eram feitos com pedras a partir da junção com barro, o que demandava tempo significativo e domínio da técnica; atividade desenvolvida em período livre, intermediário aos afazeres da agricultura e da pecuária que predominavam no Engenho; era a aplicação de um conhecido ditado popular: “quem descansa, carrega pedra”. Constituía num trabalho ocupacional, uma das diretrizes percebidas pelo francês ao se hospedar na propriedade:

as regras estabelecidas por Joaquim Alves quanto ao tratamento dado aos escravos consistiam em mantê-los bem alimentados e vestidos decentemente, em cuidar deles adequadamente quando adoeciam e em jamais deixá-los ociosos. Todos os anos ele promovia o casamento de alguns, e as mães só iam trabalhar nas plantações quando os filhos já podiam dispensar os seus cuidados. As crianças eram confiadas a uma só mulher, que zelava por todas (SAINT-HILAIRE, 1978, pp. 98-99).

Além de jamais deixar os escravos ociosos havia ainda o cuidado de evitar confusões nas senzalas, uma vez que as escravas eram em número reduzido; por isso Joaquim Alves promovia, regularmente, casamentos entre os cativos, ação que pode gerar inúmeras perspectivas de análises. Espírito religioso e obediência aos preceitos cristãos, o que pode ter por questionamento a demora do proprietário em se casar, fato ocorrido após o nascimento do segundo filho do casal. Por outro lado, pode se pensar na prática de sociabilidades, por meio da festa cerimonial e ainda a destinação de espaço reservado para os casais, o que incide na facilidade de procriação, o que coaduna com uma hipótese levantada por Costa (1978, p. 47) de que Joaquim Alves “enriquecesse no comércio de escravos, reconhecidamente a maior fonte de lucros na economia colonial”.

Antes de adentrarmos ao interior do Engenho de São Joaquim faz-se necessário destacar que a propriedade possuía área de “57 717 ha (11 425 alqueires goianos ou 22 850 alqueires paulistas)” (COSTA, 1978, p. 51), uma extensão significativa, inclusive para aquele momento. Ali conviviam cerca de 120 escravos, por volta de 1851, conforme consta no Inventário de Joaquim Alves de Oliveira e que estavam assim distribuídos, segundo atesta o documento: 80 homens com até 50 anos, correspondendo a 65% do plantel; 11 mulheres até 40 anos, 8,9% do total de escravos; residiam ainda 09 homens com mais de 50 anos e 02 mulheres com mais de 40 anos. Foram encontradas ainda 20 crianças entre 2 e 12 anos e 01 lactante (INVENTÁRIO

JOAQUIM ALVES DE OLIVEIRA). Também residiam no Engenho a família de Joaquim Alves, que após o casamento da filha deixou a propriedade sob a responsabilidade do genro, o igualmente coronel, Joaquim da Costa Teixeira.

Na parte da fazenda, próxima ao Rio Padre Sousa, foi erigida a edificação principal do Engenho de São Joaquim, cuja planta baixa, apresentada a seguir, mostra a divisão interna que conjugava a moradia, “casa grande”, a área de trabalho como o antigo engenho, os quartos de hóspedes (abaixo à direita) e ainda a capela (abaixo à esquerda).

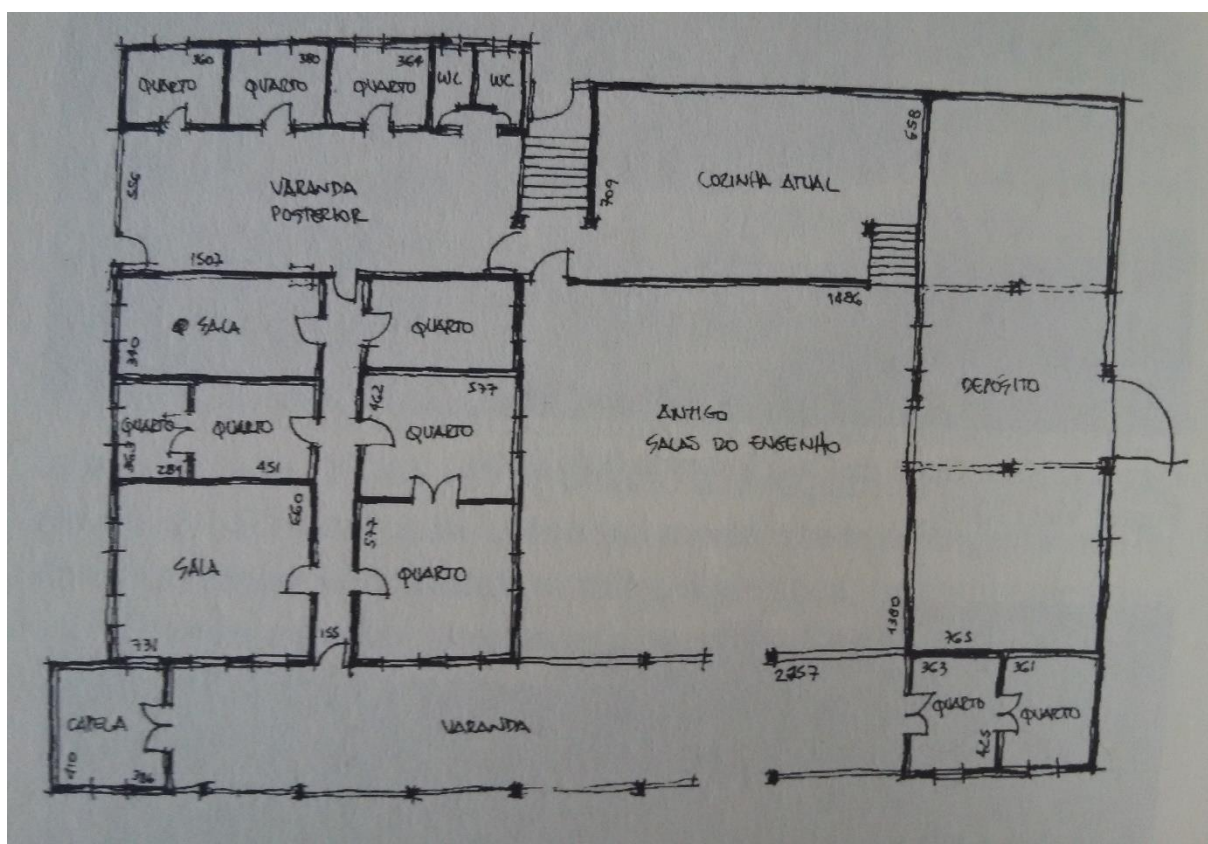


Figura 1 — Planta baixa sem escala da Fazenda Babilônia
Fonte: OLIVEIRA, 2004, p. 1918.

Para a edificação utilizou-se basicamente os elementos construtivos disponíveis na região: pedras, barro e madeira. A mão de obra empregada foi a escrava, mais especializada em alvenarias e construções em barro, assim como em marcenaria, uma vez que grande parte das madeiras faziam “encaixes”, o que supria a falta de ferragens como pregos, quase inexistentes no período colonial. Outra técnica muito aproveitada, não só na sede, mas presente nos diversos muros que circundam a fazenda foi o desenvolvimento de argamassas a partir de elementos



naturais que possibilitassem a junção de pedras, elemento construtivo bastante utilizado na ereção do antigo Engenho de São Joaquim.

Arquitetonicamente, a descrição do partido construtivo segue destacando como características o fato de que “a casa é térrea, mas, por assentar-se num terreno em declive, assobrada-se nos fundos, sob a varanda posterior da parte da moradia” (OLIVEIRA, 2010, p. 397). O que facilitava os fazeres relacionados às moendas e rebaixas, assim como o engenho de ralar mandioca ou os locais de beneficiamento de algodão, matéria prima e maior fonte de exportação da fazenda no período em estudo.

Oliveira (2004, p. 1919) aponta que “o agenciamento referente à parte do trabalho concentra-se no grande salão onde funcionava a moenda [...] o acesso à rebaixa, ou atual porão, é feito por meio de uma escada que se inicia no piso do salão do engenho”. Em contrapartida ao trabalho “na parte destinada ao morar, o arranjo dos ambientes é caracterizado pela presença de um corredor, que funciona como eixo orientador e distribuidor dos fluxos domésticos” (OLIVEIRA, 2004, p. 1918).

Capela: espaço de religiosidades

Em relação à religiosidade, aspecto de destaque na presente investigação, recorremos ao menor recorte espacial, dentro do Engenho de São Joaquim que poderia nos fornecer pistas quanto a exterioridade da fé, pois há concordância com Levi de que a micro-história possibilita “apresentar representações mais realistas e menos mecanicistas” (LEVI, 1992, p. 159), o que coaduna com Barros (2011, p. 153) ao lembrar que o pretendido “é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos”.

Contígua à construção da moradia e do trabalho, a capela situa-se em um mesmo plano de telhado iniciado a partir de cumeeiras que podem ser visualizadas no antigo salão de engenho. “A capela é o local de maior esmero e cuidado, contando com as peças mais caras, demonstrando a importância que tal espaço assumia na área agrária, reforçando a tradição” (OLIVEIRA, 1999, p. 834). Em outro momento, a mesma autora continua a descrição da capela do Engenho de São Joaquim: “a capela é o único ambiente forrado da casa e suas paredes e altar de madeira são pintados com desenhos coloridos de motivos diversos, sendo acessada por uma porta de madeira de duas folhas e possui uma janela de treliça” (OLIVEIRA, 2004, p. 1919).

Explica, ainda, que a janela de treliça estava instalada entre a capela e a sala, justificando que assim, “por meio dessa abertura as mulheres assistiam às celebrações sem serem vistas, principalmente quando havia a participação de estranhos” (OLIVEIRA, 2010, p. 402). Salienta, no entanto, que a treliça teria sido instalada posteriormente à construção original, sem datação precisa. Afirma além disso que “a localização da capela permitia a participação de estranhos sem a interferência na vida familiar” (OLIVEIRA, 2004, p. 1919).



Figura 2 — Vista frontal do altar da capela
Fonte: Foto de João Guilherme Curado, 2006.

Dois pontos em relação à descrição da capela chama a atenção, uma vez que aponta a localização destacando a falta de interferência de estranhos, quando é de conhecimento geral que as celebrações religiosas, muito mais que devoção eram espaços de sociabilidade, caracterizando os poucos momentos de convívio com pessoas mais distantes dos ciclos íntimos do cotidiano. Outra observação interessante é que ao serem instaladas as treliças as mulheres ficavam resguardadas dos olhares dos estranhos ou dos não íntimos, mas não estavam privadas de para eles olharem ou observarem.



A capela data do período da construção original e além da treliça que separa o espaço religioso do residencial, possui janela para a parte exterior da edificação, provavelmente por onde os escravos assistiam missas e demais celebrações, em pé e sob sol, quando realizadas durante o dia. Outra perspectiva era a de participação dos negros mais próximos do convívio familiar, os “escravos de casa”, que localizavam-se a partir da varanda contígua à capela: local mais aprazível, não só pelo campo visual frontal, mas pela cobertura do telhado que os protegiam.

Os fazeres e os saberes, condicionados aos mandos do proprietário não afugentaram a inscrição material da cultura afro nas ornamentações da capela, em especial nos retábulos em que se vê entalhadas meias-luas junto ao altar principal, assim como nos afrescos em que correntes foram pintadas e espelhos dispostos de maneira a refletir o que se adentra, uma nítida tentativa de afastar os maus espíritos. Em um dos desenhos do teto, a imagem de São Joaquim que intrigam os mais antigos pela semelhança com as fisionomias de Joaquim, o proprietário.

Ao estudarem as casas de Pirenópolis, voltando-se para as capelas rurais, Jayme e Jayme (2002) indicaram que a Capela da Fazenda Engenho de São Joaquim teve por orago São Joaquim, o avô de Cristo, cuja imagem ficava no altar-mor, mas que com a morte de Joaquim Alves em 1851, a imagem teria sido trasladada para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em Meia Ponte. Sendo assim, há de se considerar que São Joaquim, devoção ou homenagem homônima ao proprietário, teria sido durante significativo tempo o padroeiro da fazenda. Segundo D’Abadia (2014, p. 30) “a escolha dos padroeiros está ligada a vários fatores e tradições seguidas pela Igreja” e continua a argumentar que

o quesito da instituição do santo padroeiro é significativo para o católico. Essa escolha do padroeiro está associada a inúmeras situações: a devoção de um fazendeiro, a iniciativa de um católico devoto, a sugestão de religiosos da comunidade católica, a comemoração do dia dedicado ao santo entre outras (D’ABADIA, 2014, p. 30-31).

A devoção a São Joaquim não é muito comum nos documentos paroquiais pirenopolinos, mesmo sendo um nome muito recorrente entre os nascidos desde a antiga Meia Ponte e ainda hoje, na atual Pirenópolis. E mesmo em Goiás é pouco homenageado enquanto padroeiro, sendo que dos 246 municípios, a distribuição espacial de santos padroeiros “obedece a um agrupamento de 56 santos distintos no rol dos santos católicos, presentes nos municípios”,



sendo que “desse total, foram identificados 25 municípios nos quais os padroeiros são únicos. Os 31 santos padroeiros restantes são venerados em mais de um município e estão dispersos pelos 221 municípios remanescentes” (D’ABADIA, 2014, p. 100), São Joaquim não consta na listagem.

Enquanto a capela de São Joaquim manteve o orago ao santo de mesma denominação é sabido que “contava a Capela com todo o necessário ao brilho dos atos religiosos: paramentos, missal, toalhas etc. As alfaias eram em prata maciça: castiçais, cálice, âmbula, turíbulo, galheteiro etc.” (JAYME; JAYME, 2002, p. 87). Não há menções às festas de padroeiro, mas deveriam ocorrer, ainda mais que Joaquim Alves de Oliveira tinha por enteado o padre Manuel Amâncio da Luz.

Saint-Hilaire registrou a realização anual de cerimônias de casamentos entre os escravos, o que constituía momentos festivos e de imposição da religiosidade do proprietário sobre a escravaria, mas não indicou o período de efetivação dos enlaces. Sobre a religiosidade africana não há registros conhecidos sobre práticas no Engenho de São Joaquim, mas muitas informações estão surgindo a partir de investigações no campo da Arqueologia Histórica empreendida na propriedade em questão, conforme Souza (2011).

A religiosidade da família de Joaquim Alves de Oliveira indica ainda o Divino Espírito Santo como fonte devocional, pois o genro Joaquim da Costa Teixeira teria sido Imperador de tal festa em 1819, seguido pelo próprio Joaquim Alves em 1823 e pelo padre Manuel Amâncio da Luz, enteado, no ano de 1826; voltando Joaquim Alves a imperar em 1830, quando passa a coroa ao enteado no ano seguinte (JAYME, 1971). Ocasões em que no Engenho de São Joaquim os preparativos devem ter ocupado tempo nos afazeres cotidianos, em especial após a Páscoa, que se distancia em 40 dias da festa de Pentecostes, quando o império festivo é instituído.

Com a morte de Joaquim Alves de Oliveira (1851), que não habitava a fazenda, cuja administração cabia ao genro que ali morava com a esposa Ana Joaquina e com a amante Eufêmia de Gouveia e ainda com os filhos que viriam da relação de mancebia, a propriedade foi deixada em testamento para Joaquim da Costa Teixeira, que não tendo filhos com a esposa, ao falecer deixou o Engenho para os filhos da amante; estes perpassaram ao padre Simeão Estilista Lopes Zedes, que na ausência da imagem de São Joaquim, como mencionado anteriormente transferida para a Matriz, entronizou uma nova padroeira: Nossa Senhora da Conceição, esculpida pelo santeiro José Joaquim da Veiga Valle, e que pode ter sido de Joaquim



Alves, pois conforme o inventário há menção a uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, como uma das propriedades do comendador.

Na figura 2, na capela da Fazenda Babilônia, nome alterado do Engenho de São Joaquim pelo padre Simeão, está a Nossa Senhora da Conceição esculpida por Veiga Valle em madeira e com técnica de policromia, cuja descrição pode ser observada em Salgueiro (1983, pp. 231-234). Não se sabe se a dita imagem foi a arrolada pelo inventário ou se era outra pertencente ao padre, que a entronizou no orago vago.

Se as práticas econômicas e mesmo as relação com os escravos foram alteradas no Engenho de São Joaquim, que passou a ser denominada pelo novo proprietário de Fazenda Babilônia, modificando os saberes e os fazeres da antiga propriedade, os exercícios da religiosidade parecem terem permanecidos, conforme observaram Jayme e Jayme (2002, p. 87): “é bom ressaltar que contribuiu, decisivamente, para a longevidade dessa Capela o fato de ter sido adquirente do antigo Engenho de São Joaquim um sacerdote, isto é, o Padre Simeão, que ali celebrava missas, fazia batizados, rezava novenas e terços, dava benção do Santíssimo.”

A mudança de padroeiro parece não ter alterado o cotidiano religioso, uma vez que a Fazenda Babilônia passou a ser moradia do padre Simeão, o que pode ser melhor compreendido recorrendo a D’Abadia (2014, p. 32) para quem “um padroeiro pode ser consagrado sem rigidez no tempo e no espaço, ou seja, é possível nomear padroeiros em tempos diferentes para o mesmo local”; o que foi bastante aceito em relação à troca de São Joaquim pela de Nossa Senhora da Conceição.

Considerações Finais

A ereção de uma capela rural em fazendas goianas não era uma constante. Mas no Engenho de São Joaquim a capela foi bastante requisitada e ornada no período em que a propriedade pertenceu a Joaquim Alves de Oliveira, tendo o orago e provavelmente a fazenda com São Joaquim por padroeiro.

Saberes e fazeres foram amplamente utilizados, desde a escolha da localização estratégica da capela dentro do contexto construtivo da casa grande que aglutinou o engenho e demais áreas produtivas e de hospedagem para visitantes, tentando, sempre que possível, resguardar a intimidade do morar — uma premissa indispensável aos que habitavam o interior do Brasil no transcorrer do século XIX.



A construção da capela considerou várias possibilidades interativas, sendo pequena tornou-se restrita a poucos, ficando as mulheres, quase sempre restritas à sala geminada, antes ou depois da instalação da treliça ou rótulas, em especial quando da presença de estranhos, os quais podiam ser admirados entre elas sem que os homens da casa percebessem ou ficassem sabendo. Na direção oposta à sala, o pátio onde ficavam os escravos, espiando por entre o pequeno vão disposto pela abertura da janela e ainda na varanda frontal, um espaço grande, arejado e coberto, para ocasiões de aglomerações maiores.

Interessante pensar que com os arrolamentos de inventários de Joaquim Alves de Oliveira e depois de Joaquim da Costa Teixeira, o Engenho de São Joaquim, deixado aos filhos, denominados à época, sob as bênçãos da Igreja, de bastardos, seria adquirida por um padre, o Simeão que ali passou a residir, alterando o nome para Fazenda Babilônia e substituindo o padroeiro, cuja imagem já era ausente, por Nossa Senhora da Imaculada Conceição esculpida pelo mais importante santeiro goiano, Veiga Valle.

Além das reflexões feitas a partir do prisma da micro-história deixamos a instigante perspectiva de novos estudos, tendo por referência o domínio de propriedade, uma vez que o padre deixou em testamento as terras para um de seus inúmeros filhos, que a transmitiu para um neto, quando a fazenda foi tombada individualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes em 26 de abril de 1965 (www.iphan.gov.br). Com a bisneta, Telma Lopes Machado, a fazenda foi aberta à visitação, quando ela realizou um resgate antropológico da alimentação goiana dos séculos XVIII e XIX que se materializou no Café Colonial servidos aos visitantes e quando a capela passou por um restauro recente. São assuntos que merecem investigações, em especial por possibilitarem maiores compreensões sobre os saberes, fazeres e religiosidades presentes na atual Fazenda Babilônia.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. 8. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALESCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil:** Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 337-383.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **Arraial e Coronel:** dois estudos de história social. São Paulo: Cultrix, 1978.



CURADO, João Guilherme. Viagem aos 200 anos dos relatos de viajantes europeus sobre Meia Ponte/GO. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. v. 7, nº 1, 2018, pp. 37-57.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade/GO**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2014.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2. ed. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

Fazenda, Avaliação e Dízimos: Meia Ponte, 1799 a 1807. Pacote nº 61. Museu das Bandeiras, Goiás. (Manuscrito)

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2123>. Acesso em 20/04/2019.

Inventário do Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Maço nº 14, Tombo nº 374. Cartório de Órfãos — Pirenópolis/Goiás. (Manuscrito).

JAYME, Jarbas. **Cinco vultos meiapontenses**. Instituto Genealógico Brasileiro, 1943.

_____. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: Ed. UFG, 1971.

_____. **Famílias Pirenopolinas**. Goiânia: Ed. UFG, 1973. Vols. I e III.

JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. **Casas de Pirenópolis: casas de Deus e casas dos mortos**. Goiânia: Ed. UCG, 2002. Vol. I.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 7. reimp. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EUEP, 1992. pp. 133-161.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. A casa como um universo de fronteira. In: **Fragmentos de Cultura**. Goiânia, v. 9, nº 31, 1999, pp. 827-837.

_____. A casa como lugar de memória: o caso da Fazenda Babilônia. In: **Estudos**, Goiânia, v. 31, nº 10, 2004, pp. 1911-1933.

_____. **Fazendas goianas: a casas com universo de fronteira**. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

PALACÍN, Luis. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 4. ed. Goiânia, Ed. UCG, 1994.

PEDROSA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial: 1720 a 1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, vol. 3. pp. 381-418.



POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao Interior do Brasil**. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte/São Paulo, 1976.

POLONIAL, Juscelino. **Terra do Anhanguera**: história de Goiás. 5. ed. Goiânia: Kelps, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Régis Junqueira. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte/São Paulo, 1975.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **A singularidade da obra de Veiga Valle**. Goiânia: ed. UCG, 1983.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

SOUZA, Marcos André Torres de. A vida escrava portas adentro: uma incursão as senzalas o Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. In: **Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 7, nº 7, 2011, pp. 83-109.